



ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E A EVOLUÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2018

Palavras-Chave: Indústria de transformação, Emprego e renda, Brasil

Autores:

Vanessa Lima Silva, FCA – UNICAMP

Prof. Dr. Marcos José Barbieri Ferreira (orientador), FCA – UNICAMP

Me. Anelise Peixoto dos Santos (coorientadora), IE – UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A pesquisa visa analisar o período pós crise de 2008, a fim de investigar os principais fatores da economia brasileira na pós-crise financeira internacional, e compreender como esses podem ter afetado o desempenho da indústria de transformação e, conseqüentemente, o emprego e renda no Brasil na última década. A importância da indústria de transformação é significativa na participação do PIB, assim como na geração de emprego. Como defendido por De Oliveira et al (2021) a indústria fomenta importantes efeitos multiplicadores de emprego e renda (ROSENSTEIN-RODAN, 1969).

Ao que tange a participação do setor industrial no PIB, verifica-se ao longo de todo período um fenômeno de desindustrialização, assimilado em linhas gerais como queda do valor adicionado e do emprego industrial (SAMPAIO, 2013). De acordo com o estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em meados da década de 1980 a participação da indústria de transformação no PIB equivalia a cerca de 35%, ao passo que atualmente a margem é de 11%.

Ademais, a indústria de transformação possui papel central no desenvolvimento de inovação tecnológica, propiciando um elevado dinamismo na cadeia produtiva. Logo, a retração da indústria e, conseqüentemente do emprego e renda, contribui para a intensificar a crise econômica e social no Brasil. Evidenciados tais fatores, o presente relatório visa de maneira resumida, abordar as atividades desenvolvidas.

É importante ressaltar alguns fatores que impactaram no desempenho brasileiro durante a crise. Segundo Barbosa e Souza (2010) um desses fatores foi a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 e retomado em 2011. Trata-se de política que consistiu em adotar incentivos para o investimento privado, com o intuito de ampliar o investimento público em infraestrutura BNDES (2011), e na desoneração tributária da qual foi estendido por meio da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) mediante medidas fiscais, como a redução do Imposto sobre Produtos

Industriais (IPI) e aproveitamento de créditos tributários por investimentos, especialmente em setores de ligadas a infraestrutura e tecnologia (BARBOSA E SOUZA, 2010). Das quais foram ampliadas em 2009 para setores de linha branca (eletrodomésticos) segmentos de bens de consumo durável (CARVALHO, 2018).

Durante os governos de Lula, houve a retomada de políticas industriais, cujo objetivo era de ampliar e incentivar o investimento da cadeia produtiva e articular de maneira que o crescimento fosse sustentável. O projeto iniciou em 2004, em seu primeiro mandato, intitulado como Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), onde abrangeu quatro setores específicos, sendo eles: software, bens de capital, fármacos e semicondutores (IEDI, 2008).

Ao passo que em 2008 houve um avanço visando a ampliação da política, contemplando vinte e quatro setores da economia, denominado como Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Cano e Silva (2010) mencionam o formato transversal e panorâmico desta política, através da articulação de aprimoramento jurídico, apoio técnico, financiamento, poder de compra governamental, tributação e renúncia fiscal na casa de dois dígitos entre os anos de 2008 e 2011, com o propósito de atingirem a competitividade.

Neste contexto, os setores foram divididos em três eixos estratégicos de acordo com os seus diferenciais, divididos em: i) setores que se destacam na economia do país, dos quais receberam o termo de “programas para consolidar e expandir a liderança”, são eles aeronáutica; petróleo, gás e petroquímica; celulose e papel; siderurgia bioetanol; mineração e carnes. ii) enquanto o segundo trata do grupo para dinamizar a competitividade, são os setores de complexo automotivo; bens de capital; indústria naval e cabotagem; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; agroindústrias; construção civil; complexo de serviços; higiene, perfumaria e cosméticos; e plásticos, intitulados como “programas para fortalecer a competitividade”. O terceiro eixo são os “programas mobilizadores em áreas estratégicas”, cooperam para os setores do complexo industrial da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia nuclear; nanotecnologia; biotecnologia; e complexo industrial de defesa. Os resultados desta política se teve no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) onde ocorreram aportes de recursos e desburocratização dos financiamentos, por outro lado a meta principal em alcançar 21% em investimento fixo no PIB até 2010 não foi alcançada (CANO E SILVA, 2010).

A política teve continuidade no primeiro governo Dilma, através do Plano Brasil Maior (PBM) sob o lema “Inovar para competir. Competir para crescer”. Durante o período, no contexto externo, ocorria a crise da Zona do Euro, influenciada pela crise de 2008. Enquanto que no âmbito interno repercussões que para Carneiro e Oliveira (2019), referentes às políticas anticíclicas implementadas no último governo Lula, intensificaram discussões sobre a tomada de decisões econômicas, principalmente no resultado de aceleração da inflação, juros altos e câmbio desvalorizado. Além disso, a ausência de um programa

de longo prazo e estratégico impactou na priorização em qual problema enfrentar, resultando em alterações recorrentes (CARNEIRO E OLIVEIRA, 2019).

A partir disso, sobressai no mercado de trabalho de acordo com o PNAD Contínua, o desemprego foi de 6,2% do final de 2014 para 9% ao final de 2015. Enquanto que o salário mínimo teve aumento do segundo governo Lula, neste período se observa um declínio de 2,7% do salário real médio, o qual impactou a reversão da redução de desigualdade salarial conquistada em anos anteriores (CARVALHO, 2018).

METODOLOGIA:

O estudo se desenvolveu em três etapas principais (Figura 1). O levantamento bibliográfico através de artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais propiciou em atingir os objetivos de descrição do contexto econômico, considerações sobre a importância da indústria de transformação e apresentar conceitos da economia.

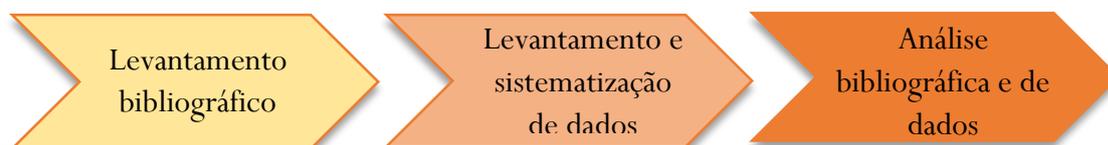


Figura 1- Etapas metodológicas do desenvolvimento da pesquisa.

Ao passo que, na etapa de levantamento e sistematização de dados, foram coletados das bases de pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) os dados da pesquisa. A metodologia aplicada na instituição, trata-se do mapeamento da evolução mensal das atividades da indústria de transformação no Brasil. Os setores são analisados a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (CNAE 2.0), enquadrando-se a unidade de investigação em um setor de atividade conforme o seu principal produto, e o Cadastro de Estabelecimentos Empregadores (CEE/MTE).

Em termos geográficos a pesquisa é aplicada em 12 federações de indústria, sendo elas: Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, das quais correspondem por 93,9% do PIB industrial do Brasil e por mais de 90% do total das variáveis investigadas, de acordo com os valores médios da PIA referentes aos anos de 2007 a 2008.

As variáveis utilizadas para o estudo, são dessazonalizadas e estão explicitadas nos seguintes indicadores: faturamento, horas trabalhadas na produção, massa salarial, rendimento médio e utilização da capacidade instalada. Vale ressaltar que depois de analisar a variável “emprego” na pesquisa da CNI, se optou por utilizar apenas no banco de dados da RAIS, pois os dados da CNI são restritos em termos de pessoal que respondem à pesquisa. Enquanto que a dimensão de trabalho e renda será desenvolvida na próxima etapa das atividades. Por meio do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a variável de Valor Bruto da Produção Industrial (VBP) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sobre o indicador de emprego.

Portanto, diante do exposto, o estudo busca investigar a relação entre o desempenho da indústria de transformação e a evolução do emprego e renda no Brasil, no período que compreende os anos de 2009 e 2018. Através da sistematização e análise dos 21 setores que compõem a indústria de transformação brasileira, mediante dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Pesquisa Industrial Anual (PIA), além dos dados de emprego e renda no Brasil apresentados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Análise parcial do desempenho por setores

A Tabela 1 descreve o indicador de Faturamento, que se trata da receita líquida em índice de base fixa produzida nas pesquisas da CNI. As primeiras colunas são categorizadas os setores através do código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e em seguida é apresentado a média aritmética de faturamento no ano de 2009 e 2018, por fim a última coluna representa a variação do faturamento no período de nove anos, período correspondente o que a pesquisa visa analisar.

Mediante a tabela, é possível observar que, durante o período analisado, alguns setores obtiveram variação maior que 100% em 2018 comparado com o ano de 2009. Sendo em destaque: Madeira, correspondendo a cerca de 178% em seguida os setores de Celulose e Papel (158%), Máquinas e materiais elétricos (144%), Couros e calçados (117%) e Químicos (114%).

Por conseguinte, os setores que atingiram variação maior de 50% foram Máquinas e equipamentos (99%) seguido por, Borracha e material plástico (76%), Farmacêuticos (68%) e Alimentos correspondendo a 67% de variação. Ao passo que, Produtos diversos correspondem a 49% de variação, enquadra-se nesta categoria a fabricação de artefatos de joalheria, instrumentos musicais, materiais de medicina e odontologia, artigos ópticos, dentre outros. Os setores sucessivos são: Metalúrgica com 44%, Têxteis atingindo 43%, estes na casa dos quarenta por cento. Derivados de petróleo e biocombustíveis obteve 39%, seguido por Materiais não metálicos (35%), Produtos de metal (33%). Enquanto os setores de Vestuário (14%) e Móveis (13%) alcançaram a margem de variação na casa dos dez por cento.

Ademais, a categoria de Impressão e reprodução e Veículos automotores, dispuseram de variação negativa, em faturamento, correspondendo a -28% e 7,5% respectivamente. Ademais, o setor de Informática, eletrônicos e ópticos (CNAE 26) não entrou na divulgação por não ter atingido a representatividade necessária para a medição da CNI. Diante dos dados, é notável o avanço de setores de transformação em madeira (Madeira e Celulose), pele de animais (Couro) químicos e máquinas e aparelhos elétricos. Em contrapartida, trabalhos de impressão e gráfica e a indústria automotiva perderam espaço atingindo faturamento negativo durante o período analisado.

Tabela 1 - Variação do Faturamento entre os anos de 2009 e 2018 (em %)

Código CNAE	Setor	2009	2018	Variação %
10	Alimentos	150,43	251,90	67,46
11	Bebidas	130,29	140,60	7,91
13	Têxteis	111,04	159,11	43,29
14	Vestuário	101,17	116,20	14,86
15	Couros e calçados	114,57	248,8	117,15
16	Madeira	87,41	243,11	178,11
17	Celulose e Papel	114,42	296,2	158,86
18	Impressão e reprodução	154,80	110,02	-28,93
19	Derivados de petróleo e biocombustíveis	112,20	156,35	39,36
20	Químicos	103,71	222,52	114,55
21	Farmacêuticos	139,66	235,97	68,96
22	Borracha e material plástico	110,34	194,68	76,44
23	Minerais não metálicos	151,11	204,56	35,37
24	Metalurgia	99,09	143,21	44,53
25	Produtos de metal	116,11	155,09	33,57
27	Máquinas e materiais elétricos	118,64	290,12	144,54
28	Máquinas e equipamentos	125,79	250,94	99,49
29	Veículos automotores	130,87	121,016	-7,53
30	Outros equipamentos de transporte	157,36	163,47	3,88
31	Móveis	127,32	144,85	13,77
32	Produtos diversos	124,85	186,90	49,70

Tabela 1- Fonte: CNI - Elaboração Própria

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Nelson; SOUZA, JAP de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, p. 57-110, 2010.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia G. **Política industrial do governo Lula**. Texto para discussão, v. 181, p. 139-174, 2010.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Participação da Indústria de Transformação no PIB**. Brasília: CNI, 2022.

CARNEIRO, Ricardo. OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539, v. 21, n. 36, p. 163-180, 2020.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. **Brasil, uma economia que não aprende**. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

IEDI. Carta IEDIE. **O perfil setorial do retrocesso da indústria brasileira**. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_920.html> Acesso em 15 dez 2023.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental. A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SAMPAIO, D. P. **A desindustrialização em marcha no Brasil**. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, v.1, n. 34, fev. 2013.